

EDITAL

Pregão Eletrônico nº 057/2026		Data de Abertura: 03/06/2026 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900572026		UASG: 925302	Nº do Proc.: 23.901.000093.2025
Objeto: AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, COMPUTADORES DESKTOP E MONITORES			
Órgão Requisitante: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB			
Valor Total Estimado: R\$ 542.760,82 (quinhentos e quarenta e dois mil setecentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)			
PREGÃO ELETRÔNICO - COMPRAS (FORNECIMENTO NÃO CONTÍNUO)			
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?	
NÃO	NÃO	NÃO	
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?	
NÃO	SIM	MENOR PREÇO	
Modo de Disputa: ABERTO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM	
<u>DESTAQUES</u>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



EDITAL

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no Anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores, os itens **2, 3, 5 e 6** são para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o



produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 2.6.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.



- 4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025,



para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;



- 5.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 5.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 5.1.2. Marca / Fabricante
- 5.1.3. Modelo / Versão
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 5.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a(o) Pregoeira(o), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;



- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
 - 6.18.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 6.19. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. SICAF;
 - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
 - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/cnep>);
 - 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 7.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
 - 7.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>);
 - 7.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 7.1.2.; 7.1.3.; 7.1.4. e 7.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).



- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

8. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.4. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.5. Se o mesmo participante vencer o item destinado à ampla concorrência e à cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esse deverá formalizar a oferta considerando a melhor proposta dentre ambos, para a administração pública, nos termos do §3º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 8.6. Não havendo vencedor para a cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esta poderá ser destinada ao licitante vencedor da cota principal (ampla concorrência) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 8.6.1. Havendo alguma limitação do sistema para realizar esta atividade, poderá ser efetivada através de mensagens entre o Pregoeiro e o licitante, ou por e-mail, bem como deverá ser encaminhada uma proposta adequada adicionada do quantitativo da cota reservada.



- 8.7. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, nos termos do §4º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 8.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.9. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.9.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 8.10. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.11. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 8.11.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 8.11.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
- 8.11.2.1. apresentar detalhamento das especificações do material a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;
- 8.11.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 8.11.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
- 8.11.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 8.11.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 8.11.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.11.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbra pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 8.11.8. No caso da incidência de ICMS:



- 8.11.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 8.11.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 8.11.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 8.12. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 8.13. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.2.1. contiver vícios insanáveis;
 - 9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 9.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.3.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 9.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 9.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



9.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 10.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 10.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 10.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 10.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 10.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 10.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 10.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 10.13.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



- 10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.11.1.
- 10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 10.18.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 10.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 10.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.18.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a





GOVERNO DA PARAÍBA

indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.18.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

10.18.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.18.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

10.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

10.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);



10.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

10.18.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.18.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.18.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

10.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

10.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.18.4. **Relativos à Qualificação Técnica:**

10.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

10.18.5. **Disposições gerais sobre habilitação**

10.18.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.18.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.18.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.18.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.18.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





10.18.6. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - f.1. ata de fundação;
 - f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.18.7. Documentos Complementares:

- a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

10.18.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
 - c.1. Designação do consórcio e sua composição;
 - c.2. Finalidade do consórcio;
 - c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
 - c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;



- c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas
- c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;
- d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.6. fraudar a licitação
- 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata



perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.

- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 12.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 12.7. e 12.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 12.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail gelic07@centraldecompras.pb.gov.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.



13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO CONTRATO

14.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme Termo de Referência.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

14.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

14.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

14.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

14.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

14.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.



14.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

14.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

14.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

16.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

16.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

16.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 16.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sites eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 16.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Tabela com itens do processo, descrição existente na central de compras, associado das especificações detalhadas de cada item, elaborado fora do sistema da central de compras
- 16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 16.15.3. ANEXO III – Modelo da proposta de preços
- 16.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 16.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME – EPP
- 16.16. Apêndice do TR – Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Wanessa Maria de Paula da Silva Viana
Responsável pela Elaboração do Edital

Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo
Responsável pela Revisão do Edital



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 23.901.000093.2025

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE (S):

ÓRGÃO REQUISITANTE: CBMPB

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de notebooks, computadores desktop e monitores, nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.

FORNECIMENTO NÃO CONTÍNUO

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada na justificativa da contratação e constante nos autos do processo licitatório.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade aplicáveis a esta contratação, conforme previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, incluindo aqueles eventualmente inseridos na descrição do objeto.

Da exigência de amostra

- 4.2. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, bem como a padronização e a ampla oferta dos itens no mercado, não será exigida a apresentação de amostras para avaliação prévia neste processo licitatório.

Subcontratação



4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.5. Será exigida garantia para a contratação na modalidade seguro-garantia de acordo com o artigo 96 parágrafo § 1º inciso II da Lei nº 14.133, de 2021. A parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato

Exigências quanto ao produto ofertado

- 4.6. Os produtos a serem fornecidos deverão atender, além das especificações técnicas descritas nos itens deste Termo de Referência e seus anexos, às seguintes exigências complementares:
- 4.7. Para os equipamentos que contenham recursos de conectividade sem fio (como Wi-Fi e Bluetooth), a exemplo dos notebooks ora especificados, será obrigatória a apresentação do certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em conformidade com a legislação vigente, assegurando que tais dispositivos atendem às normas técnicas aplicáveis às telecomunicações no território nacional, de modo a garantir a segurança do usuário, a integridade das redes e a qualidade do serviço prestado.
- 4.8. Adicionalmente, os notebooks, desktops e monitores deverão possuir, sempre que aplicável, certificação emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como forma de atestar o atendimento a padrões de segurança, desempenho e conformidade estabelecidos por aquele órgão. Tal exigência visa a proteção do consumidor, a prevenção de riscos elétricos e eletrônicos, bem como a mitigação de práticas enganosas no mercado.
- 4.9. As empresas licitantes deverão apresentar, no ato da entrega dos equipamentos, cópias válidas dos certificados correspondentes a cada item ofertado, quando aplicável. O não atendimento a esta exigência ensejará a recusa do recebimento do produto pela Administração, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente.
- 4.10. Essas exigências se justificam pela necessidade de garantir que os equipamentos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba apresentem conformidade técnica, segurança ao usuário, durabilidade e qualidade compatíveis com o interesse público, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e precaução que regem a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Cel. João Augusto de Lima, 149 - Conjunto Rad., João Pessoa - PB, 58075-470.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 3 (três) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.



- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8. Uma vez notificado, o Contratado deverá, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, proceder ao recolhimento dos bens que apresentarem vício ou defeito, diretamente nas dependências da Administração, ou adotar estratégia equivalente previamente aprovada, de modo a não onerar o Contratante e a garantir a efetiva prestação da assistência técnica.
- 5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.
- 5.13. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).
- 6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV)).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo



normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.
- 7.9.1. Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.
- 7.9.1.1. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.
- 7.9.2. Observar as disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAD/CGE Nº 01/2016 (SIGBP PB).
- 7.9.3. No caso de bens adquiridos com entregas parceladas, a liquidação e pagamento deverão observar as disposições da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2022-CGE-SEAD-SEFAZ, de 04 de agosto de 2022.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.





GOVERNO DA PARAÍBA

- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.
- 7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.
- 7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.21.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 7.23. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.24. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



- 7.25. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.26. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.27. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.28. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.29. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.30. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação técnica

- 8.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.4.1.1. Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50 % dos quantitativos licitados.
- 8.4.1.2. A exigência de atestados será restrita as parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- 8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



8.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação está definido no Anexo I – Tabela com Itens a serem licitados e valor estimado da Contratação - ANEXO I - TR 93/2025.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 23.901;

10.2.2. Fonte de Recursos: 759 - FUNESBOM;

10.2.3. Programa de Trabalho: 5046 – Programa de Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado;

10.2.4. Elemento de Despesa: 449052.

10.2.5. Ação Orçamentária: 4216.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO (S)

Anexo I - Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação – TR 93/2025.

(tabela montada no site da central de compras)



Anexo II ao Termo de Referência 93 – (Tabela com itens do processo, descrição existente na central de compras, associado das especificações detalhadas de cada item, elaborado fora do sistema da central de compras).

João Pessoa,

Histórico de versões:
Criado em: 02/09/2025

Elaborado por:
Matheus Botura Costa
Aspirante
Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba

Aprovado por:
Marcelo Augusto de Araújo Bezerra
Ordenador de Despesas
Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba





ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:23.901.000093.2025

1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	133166	NOTEBOOK Gen4 Intel Processador Intel® Core™ i5-1345U vPro® Processor (E-cores up to 3.50 GHz P-cores up to 4.70 GHz) 13ª geração Memória RAM: 16 GB DDR5- 5200MHz Armazenamento: 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal Teclado Retroiluminado ABNT 2 Tela LED 14 FULL HD (1920 x 1200) Webcam 1920x1080(FHD) integrada, possui dispositivo de proteção de privacidade da Câmera Microsoft Windows 11 Professional 64 bits Trava de Segurança Maleta impermeável, Mouse USB. Garantia de 60 (sessenta) meses onsite exceto a bateria que possui 36 (trinta e seis) meses onsite.	Un	48	4882,90	Ampla Concorrência
2	133166	NOTEBOOK Gen4 Intel Processador Intel® Core™ i5-1345U vPro® Processor (E-cores up to 3.50 GHz P-cores up to 4.70 GHz) 13ª geração Memória RAM: 16 GB DDR5- 5200MHz Armazenamento: 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal Teclado Retroiluminado ABNT 2 Tela LED 14 FULL HD (1920 x 1200) Webcam 1920x1080(FHD) integrada, possui dispositivo de proteção de privacidade da Câmera Microsoft Windows 11 Professional 64 bits Trava de Segurança Maleta impermeável, Mouse USB. Garantia de 60 (sessenta) meses onsite exceto a bateria que possui 36 (trinta e seis) meses onsite.	Un	16	4882,90	Exclusivo ME ou EPP. Cota 25.0%. Referente ao Item 1
3	128051	NOTEBOOK Avançado com as seguintes Características: Sistema Operacional Windows® 10 profissional 64, bits em português ou superior — Pacotes obrigatórios inclusos: Microsoft Office profissional 2019 ou superior — Processador a partir da 10ª Geração Intel família i7 ou ADM equivalente contendo, no mínimo, 8 núcleos, Frequência Mínima 2,70 GHz e cache de 16 MB — Placa de vídeo dedicada com no mínimo 4 GB de memória GDDR5 — Memória RAM 16 GB, Dual Chanel DDR4 ou superior — Tipo de	Un	5	6068,63	Exclusivo ME ou EPP.



Tela: LED Full HD Antirreflexo / Tamanho da Tela: Mínimo 15" / WEBCAM integrada com microfone — SSD 512 GB SSD M.2 PCI e NVMe — Mouse incorporado Tipo Touchpad — Áudio: Dois altifalantes incorporados — Teclado Numérico Retro iluminado português - 2 - Adaptador AC: Fonte estabilizado, padrão de fábrica do notebook, com adaptador de corrente alternada de 3 pinos — Conexões: 01 Entrada USB 3.1 — 01 Entradas USB 2.0 — 01 Entrada USB tipo C — 01 Saída HDMI — 01 Entrada para fone de ouvido e 01 entrada para microfone — Conectividade: Wi-Fi — Bluetooth 5.0 — Bateria padrão do notebook com no mínimo de 03 células — Acessórios: Maleta ou similar para transporte de notebook em material impermeável na cor preta, cinza ou azul-escuro. Todas as mochilas devem ter o mesmo padrão e cor — Mouse wireless Formato ergonômico e contornos, óptico sem fio, tecnologia de conexão wireless, com no mínimo 10.000 DPI, mínimos 05 botões + rolagem Scroll, na cor padrão predominante do notebook ou preto — Adaptador HDMI para VGA — Cabo de segurança em cabo de aço, revestido em borracha, com cadeado e chave, com no mínimo, 1,2 metros — Garantia: Mínima de 01 ano de garantia oficial de fábrica — Prazo de entrega: 30 dias.

4	131525	DESKTOP — TIPO II: Computador de mesa com processador x86 índice mínimo em CPU Mark de 13000 pontos, e índice Single Thread Rating mínimo de 2600 pontos, memória 32 GB ou superior, 01 controladora gráfica Off-Board padrão PCI Express x16 versão 3.0 ou superior, armazenamento SSD com mínimo de 256, monitor LED de 23.5 polegadas ou superior, deve ser acompanhado de teclado e mouse. Conforme termo de referência.	Un	18	8100,00	Ampla Concorrência
5	131525	DESKTOP — TIPO II: Computador de mesa com processador x86 índice mínimo em CPU Mark de 13000 pontos, e índice Single Thread Rating mínimo de 2600 pontos, memória 32 GB ou superior, 01 controladora gráfica Off-Board padrão PCI	Un	5	8100,00	Exclusivo ME ou EPP. Cota 21.74%. Referente ao Item 4



GOVERNO DA PARAÍBA

Express x16 versão 3.0 ou superior, armazenamento SSD com mínimo de 256, monitor LED de 23.5 polegadas ou superior, deve ser acompanhado de teclado e mouse. Conforme termo de referência.

6	133418	MONITOR LED; monitor com tamanho mínimo de 22 widescreen; resolução full hd 1920 x 1080; mínimo de 02(duas) interfaces de entrada do sinal de vídeo, padrão displayport ou hdmi, com regulagem de altura.	Un	17	800,71	Exclusivo ME ou EPP.
---	--------	---	----	----	--------	----------------------

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$542.760,82

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO GERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
Especificações e Plano de Distribuição

TABELA I

ITEM	ITEM PCA	OBJETO	ESPECIFICAÇÕES	COD	UNID	QTD	SOLICITANTES
1	1185	Notebook	NOTEBOOK Gen4 Intel Processador Intel® Core™ i5- 1345U vPro® Processor (E-cores up to 3.50 GHz P-cores up to 4.70 GHz) 13ª geração Memória RAM: 16 GB DDR5- 5200MHz Armazenamento: 512 GB SSD M.2 2280 PCIe Gen4 TLC Opal Teclado Retroiluminado ABNT 2 Tela LED 14" FULL HD (1920 x 1200) Webcam 1920x1080(FHD) integrada, possui dispositivo de proteção de privacidade da Câmera Microsoft Windows 11 Professional 64 bits Trava de Segurança Maleta impermeável, Mouse USB. Garantia de 60 (sessenta) meses onsite exceto a bateria que possui 36 (trinta e seis) meses onsite.	133166	unidade	64	PCA 2024: 2º CRBM (6), Ajudância (4), 4º CRBM (2), Projetos Sociais (3), 1º CRBM (12), Gabinete Médico (1), 3º CRBM (1), Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (5), Núcleo Estratégico (30)
2	1186; 1187	Notebook	NOTEBOOK Avançado com as seguintes Características: Sistema Operacional Windows® 10 profissional 64, bits em português ou superior — Pacotes obrigatórios inclusos: Microsoft Office profissional 2019 ou superior — Processador a partir da 10ª Geração Intel família i7 ou ADM equivalente contendo, no mínimo, 8 núcleos, Frequência Mínima 2,70 GHz e cache de 16 MB — Placa de vídeo dedicada com no mínimo 4 GB de memória GDDR5 — Memória RAM 16 GB, Dual Chanel DDR4 ou superior — Tipo de Tela: LED Full HD	128051	Un	5	PCA 2024: DEFID (1), Núcleo Estratégico (4).



CBMDIN202600267

ITEM	ITEM PCA	OBJETO	ESPECIFICAÇÕES	COD	UNID	QTD	SOLICITANTES
			<p>Antirreflexo / Tamanho da Tela: Mínimo 15" / WEBCAM integrada com microfone — SSD 512 GB SSD M.2 PCI e NVMe — Mouse incorporado Tipo Touchpad — Áudio: Dois altifalantes incorporados — Teclado Numérico Retro iluminado português - 2 - Adaptador AC: Fonte estabilizado, padrão de fábrica do notebook, com adaptador de corrente alternada de 3 pinos — Conexões: 01 Entrada USB 3.1 — 01 Entradas USB 2.0 — 01 Entrada USB tipo C — 01 Saída HDMI — 01 Entrada para fone de ouvido e 01 entrada para microfone — Conectividade: Wi-Fi — Bluetooth 5.0 — Bateria padrão do notebook com no mínimo de 03 células —</p> <p>Acessórios: Maleta ou similar para transporte de notebook em material impermeável na cor preta, cinza ou azul-escuro. Todas as mochilas devem ter o mesmo padrão e cor —</p> <p>Mouse wireless Formato ergonômico e contornos, óptico sem fio, tecnologia de conexão wireless, com no mínimo 10.000 DPI, mínimos 05 botões + rolagem Scroll, na cor padrão predominante do notebook ou preto — Adaptador HDMI para VGA — Cabo de segurança em cabo de aço, revestido em borracha, com cadeado e chave, com no mínimo, 1,2 metros — Garantia: Mínima de 01 ano de garantia oficial de fábrica — Prazo de entrega: 30 dias.</p>				
3	1165	Computador Desktop	<p>DESKTOP — TIPO II: Computador de mesa com processador x86 índice mínimo em CPU Mark de 13000 pontos, e índice Single Thread Rating mínimo de 2600 pontos, memória 32 GB ou superior, 01 controladora gráfica Off-Board padrão PCI Express x16 versão 3.0 ou superior, armazenamento SSD com mínimo de 256, monitor LED de 23.5 polegadas ou superior, deve ser acompanhado de teclado e mouse. Conforme termo de referência.</p>	131525	unidade	23	PCA 2024: Núcleo Estratégico (4)



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.
Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBM/DIN202600267

ITEM	ITEM PCA	OBJETO	ESPECIFICAÇÕES	COD	UNID	QTD	SOLICITANTES
4	1182; 1183	Monitor	MONITOR LED; monitor com tamanho mínimo de 22" widescreen; resolução full hd 1920 x 1080; mínimo de 02(duas) interfaces de entrada do sinal de vídeo, padrão displayport ou hdmi, com regulagem de altura.	133418	unidade	17	PCA 2024: 4º CRBM (7), Ajudância (2), 1º CRBM (2), DAT (6), 3º CRBM (1), Núcleo Estratégico (5)

Especificações adicionais: Para todos os itens citados acima, serão aceitos modelos e equipamentos similares de mesmo nível técnico e qualidade.

No âmbito do planejamento de compras do PCA 2024, os itens 1186 e 1187, ambos referentes a notebooks avançados com especificações técnicas equivalentes, foram consolidados em um único registro. Optou-se pela manutenção do item 1186 (código 128051), tendo em vista que apresenta valor unitário mais baixo, compatível com as cotações de mercado e com a robustez necessária para atender aos setores do CBMPB que utilizam softwares de engenharia, arquitetura e edição de vídeo, os quais exigem alto desempenho computacional.

De igual forma, os itens 1182 e 1183, ambos relativos a monitores, foram aglutinados em um único registro, com a manutenção do item 1183 (código 133418). A escolha se justifica porque, apesar de ambos atenderem às necessidades da corporação, o item 1183 possui valor unitário inferior ao do item 1182, assegurando maior economicidade ao processo, sem prejuízo à adequação técnica do equipamento.

O item 1 deste Anexo II(Item 1185 do PCA), deve ser notebook novo, sem uso anterior, pertencente à linha atual de produção do fabricante, com perfil corporativo e alta durabilidade, sendo equipado com processador Intel Core i5-1345U vPro® de 13ª geração, contendo arquitetura híbrida com núcleos de eficiência (E-cores) com frequência de até 3,50 GHz e núcleos de performance (P-cores) com frequência de até 4,70 GHz, além de recursos de segurança e gerenciamento remoto compatíveis com a plataforma Intel vPro®. A memória RAM deverá ser de 16 GB DDR5 com frequência mínima de 5200 MHz, instalada em canal único ou duplo, e com possibilidade de expansão.

O armazenamento interno deverá ser composto por unidade SSD com capacidade mínima de 512 GB, padrão M.2 2280 PCIe Gen4, com tecnologia TLC (Triple-Level Cell) e criptografia compatível com o protocolo Opal 2.0, garantindo alta velocidade, segurança e desempenho confiável. O sistema operacional deverá ser o Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, instalado, licenciado e ativado, em português do Brasil, pronto para uso corporativo.

A tela deverá ser do tipo LED antirreflexo, com tamanho mínimo de 14 polegadas, resolução Full HD+ (1920 x 1200 pixels), proporção 16:10, com brilho mínimo de 250 nits. O notebook deverá possuir webcam com resolução mínima de 1920x1080 (Full HD), com microfone digital embutido. O teclado deverá ser no padrão ABNT2, resistente ao uso contínuo e a respingos ocasionais.

A conectividade deverá contemplar Wi-Fi 6 ou superior, Bluetooth 5.0 ou superior, e no mínimo as seguintes interfaces físicas: 2 (duas) portas USB 3.2, 1 (uma) porta USB tipo C com suporte a Power Delivery e DisplayPort, 1 (uma) porta HDMI 1.4 ou superior, 1 (uma) entrada combinada para fone/microfone P2 (3,5 mm).

A autonomia da bateria deverá ser de no mínimo 10 horas de uso contínuo, com brilho em 50%, Wi-Fi ativado e uso típico de escritório (edição de documentos, navegação e videoconferência). A bateria deverá ser do tipo lítio-ion ou polímero, interna, com capacidade de no mínimo 45 Wh, com suporte a carregamento inteligente.

Deverá acompanhar mouse óptico USB, com resolução mínima de 1000 DPI, tecnologia óptica ou laser, dois botões e rolagem scroll, em cor compatível com o notebook, com fio de no mínimo 1 metro. O equipamento deverá acompanhar também maleta impermeável para transporte, em material resistente, com alças acolchoadas, na cor preta ou cinza escuro, com compartimentos internos para notebook, fonte e documentos.

A fonte de alimentação deverá ser bivolt automática (100 a 240 V), com cabo de energia compatível com o padrão NBR 14136. O chassi do equipamento



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.

Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBMDIN202600267

deverá ser em material robusto e resistente (plástico técnico reforçado ou liga metálica), com acabamento profissional nas cores preta, cinza ou prata escuro.



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.
Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBMDIN202600267

O Item 2 deste AnexoII (Itens 1186 e 1187 do PCA), deve ser notebook novo, de primeiro uso, fabricado em linha de produção atual do fabricante, com finalidade voltada a atividades técnicas, profissionais e de alto desempenho. O sistema operacional instalado deverá ser o Microsoft Windows 10 Professional 64 bits em português do Brasil, ou versão superior, devidamente licenciado e ativado. Deverá estar incluído, também devidamente licenciado, o pacote Microsoft Office Profissional 2019 ou versão superior, com editor de texto, planilhas, apresentações e demais aplicativos para uso corporativo.

O processador deverá ser de alto desempenho, com arquitetura x86 da família Intel Core i7 (mínimo 10ª geração) ou AMD equivalente, contendo no mínimo 8 núcleos físicos (reais), frequência base mínima de 2,70 GHz e cache mínimo de 16 MB. O desempenho do processador deverá ser compatível com aplicações técnicas e multitarefas intensas.

A memória RAM deverá ser de, no mínimo, 16 GB do tipo DDR4 ou superior, em arquitetura dual channel (instalados em dois módulos), com possibilidade de expansão. O armazenamento interno deverá ser de, no mínimo, 512 GB em unidade SSD padrão M.2 PCIe NVMe, com velocidade de leitura sequencial mínima de 2.500 MB/s e gravação mínima de 1.500 MB/s.

O notebook deverá possuir placa de vídeo dedicada, com memória mínima de 4 GB GDDR5, compatível com aplicações gráficas 2D e 3D, modelagem, simulação e renderização, bem como com múltiplos monitores e processamento de vídeo.

A tela deverá ser do tipo LED antirreflexo, com tamanho mínimo de 15 polegadas, resolução Full HD (1920 x 1080 pixels), proporção 16:9, brilho mínimo de 250 nits e ângulo de visão horizontal e vertical de no mínimo 160°. A webcam deverá possuir resolução mínima de 1280 x 720 (HD), com microfone digital embutido.

O teclado deverá ser no padrão ABNT2 em português, com teclado numérico dedicado, resistente ao uso prolongado. O touchpad deverá ser multitouch com suporte a gestos.

A conectividade deverá incluir, no mínimo: Wi-Fi (padrão 802.11ac ou superior), Bluetooth 5.0 ou superior, 01 (uma) porta USB 3.1, 01 (uma) porta USB 2.0, 01 (uma) porta USB tipo C com suporte a carregamento ou vídeo, 01 (uma) saída HDMI, 01 (uma) entrada combinada P2 para fone de ouvido e microfone, e slot de segurança (trava tipo Kensington ou similar).

A bateria deverá ser interna, de íons de lítio ou polímero, com no mínimo 3 células, com capacidade mínima de 45 Wh, e autonomia mínima de 8 horas de uso contínuo, considerando brilho de tela em 50%, Wi-Fi ativado e uso de aplicativos de escritório. A fonte de alimentação deverá ser bivolt automática (100 a 240 V), com plugue compatível com o padrão NBR 14136.

O notebook deverá ser fornecido com mouse óptico sem fio, com design ergonômico e contornado, com no mínimo 5 botões físicos, incluindo clique esquerdo, direito, botão de rolagem (scroll), e dois botões laterais adicionais. O sensor deverá ter resolução mínima de 10.000 DPI, com ajuste automático ou por software. A tecnologia de conexão deverá ser wireless, com receptor USB nano incluso ou conectividade Bluetooth integrada. O mouse deverá ter alimentação via pilhas ou bateria recarregável, com autonomia mínima de 3 meses em uso regular. A cor do mouse deverá ser compatível com a do notebook ou predominantemente preta.

O equipamento deverá ser fornecido com maleta ou mochila para transporte, confeccionada em material impermeável, com estrutura reforçada e compartimentos acolchoados para o notebook, fonte e acessórios. A cor da maleta deverá ser preta, cinza ou azul escuro, devendo todos os modelos fornecidos no lote seguir o mesmo padrão visual e de acabamento.

Deverão acompanhar ainda: 01 (um) adaptador HDMI para VGA, para compatibilidade com projetores e monitores legados.

O Item 3 deste Anexo II (Item 1165 do PCA 2024), deve ser um computador de mesa (desktop) novo, de primeiro uso, com perfil técnico voltado a atividades que demandem alto desempenho em ambientes corporativos e técnicos. O processador deverá possuir arquitetura x86 de 64 bits, com índice mínimo de 13.000



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.

Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBMDIN202600267

pontos no benchmark CPU Mark (conforme <https://www.cpubenchmark.net>) e índice mínimo de 2.600 pontos em Single Thread Rating, comprovado mediante documentação oficial do fabricante ou print atual do site CPU Benchmark.

Deverá possuir memória RAM mínima de 32 GB, tecnologia DDR4 ou superior, com frequência mínima de 2666 MHz, instalada de forma a permitir funcionamento em canal duplo (dual channel) e com possibilidade de expansão futura, conforme limites da placa-mãe.

A controladora gráfica deverá ser dedicada (off-board), instalada em slot PCI Express x16 versão 3.0 ou superior, com no mínimo 2 GB de memória de vídeo do tipo GDDR5, compatível com bibliotecas gráficas atuais (DirectX 12 ou superior, OpenGL 4.5 ou superior) e capaz de suportar múltiplos monitores simultaneamente.

O armazenamento deverá ser composto por unidade SSD com capacidade mínima de 256 GB, com interface SATA III ou NVMe, com velocidades mínimas de leitura e gravação de 500 MB/s, livre de ruído mecânico e com tempo de acesso reduzido.

O desktop deverá acompanhar monitor LED com tela de, no mínimo, 23,5 polegadas, proporção widescreen (16:9), resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels), taxa de atualização mínima de 60 Hz, tempo de resposta de até 5 ms, brilho mínimo de 250 cd/m², tratamento antirreflexo (matte), e no mínimo duas entradas de vídeo entre os padrões HDMI, DisplayPort, VGA ou DVI. O monitor deverá ser fornecido com base com regulagem de inclinação e compatível com padrão VESA 100 x 100 mm, além de acompanhar cabo de alimentação e cabo de vídeo compatível com suas entradas.

O equipamento deverá ser fornecido com teclado e mouse externos com as seguintes características:

- Teclado padrão ABNT2, com layout em português do Brasil, teclas em perfil baixo ou médio, tecnologia de membrana ou mecânica, conexão via cabo USB, com estrutura resistente e teclas de atalho para controle multimídia (volume, brilho, etc.) quando aplicável;
- Mouse óptico com fio ou sem fio, de uso ambidestro ou ergonômico, com resolução mínima de 1.000 DPI, com no mínimo 3 botões (clique esquerdo, clique direito, e scroll), conexão USB plug and play, e base com deslizamento suave sobre diferentes superfícies.

A placa-mãe deverá possuir no mínimo 04 (quatro) portas USB, sendo pelo menos duas delas USB 3.0 ou superior, além de interface de rede Ethernet padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps) e saída de áudio P2 (3,5 mm).

O gabinete deverá ter estrutura resistente, com design profissional na cor preta ou cinza escuro, com refrigeração adequada (mínimo de uma ventoinha traseira), espaço interno para futuras expansões e facilidade de manutenção. A fonte de alimentação deverá ser bivolt automática (100–240V), com potência compatível com os componentes instalados, com conectores PCIe quando necessário, e certificação mínima 80 Plus White.

O equipamento deverá ser entregue com todos os cabos necessários para funcionamento (energia, vídeo e periféricos), manual do usuário, e sistema operacional Windows 11 Professional 64 bits em português, devidamente licenciado, ativado, e pronto para uso. O sistema deverá estar limpo, livre de softwares de demonstração, bloatwares ou propagandas.

O Item 4 deste Anexo II (Itens 1182 e 1883 do PCA 2024), deve ser monitor LED e possuir tela widescreen com retroiluminação por LED, com tamanho mínimo de 22 polegadas na diagonal visível e proporção 16:9. A resolução nativa mínima exigida é de 1920 x 1080 pixels (Full HD), com tempo de resposta máximo de 5 milissegundos (ms), taxa de atualização mínima de 60 Hz, brilho típico de no mínimo 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1 e reprodução de



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.

Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBMDIN202600267

cores de no mínimo 16,7 milhões de cores (8 bits). O painel deverá ser do tipo TN ou IPS, com tratamento antirreflexo (matte) e ângulos de visão mínimos de 160° na horizontal e 160° na vertical.

O equipamento deverá dispor de, no mínimo, duas interfaces de entrada de vídeo, sendo obrigatoriamente uma porta HDMI (versão 1.4 ou superior) e uma porta adicional no padrão DisplayPort (versão 1.2 ou superior) ou VGA (D-Sub 15). Deve também possuir uma porta de áudio P2 (3,5 mm) para conexão de fones de ouvido ou caixas de som externas. Todos os cabos correspondentes às interfaces fornecidas devem acompanhar o equipamento.

Fisicamente, o monitor deverá ter acabamento na cor preta ou cinza escuro, com visual profissional. Deve possuir botões físicos de controle devem estar localizados na parte externa do equipamento, qualquer uma das faces, sendo obrigatórios os botões de menu (OSD), brilho/contraste, seleção de entrada de vídeo (source/input) e liga/desliga. A base do monitor deverá permitir apoio sobre mesa e dispor de ajuste de altura vertical com curso mínimo de 100 mm, além de permitir inclinação entre -5° e +20°. É desejável que a base também permita rotação horizontal (swivel) e giro (pivot) para uso no modo retrato. O monitor deverá ser compatível com o padrão de fixação VESA 100x100 mm, e sua alimentação elétrica deve ser bivolt automática (100 a 240 V), acompanhada de cabo de alimentação compatível com o padrão brasileiro NBR 14136.

O conteúdo da embalagem deverá incluir: 01 (um) monitor conforme especificação; 01 (um) cabo de alimentação; 01 (um) cabo HDMI ou DisplayPort, de acordo com as interfaces fornecidas; 01 (um) suporte/base com regulagem de altura compatível; e 01 (um) manual do usuário, impresso ou digital em língua portuguesa.

O equipamento deverá ser novo, sem uso anterior, estar em linha de produção atual do fabricante, com data de fabricação não inferior a 12 meses da data de entrega.

<<Assinado digitalmente no PBDoc>>

Matheus Botura Costa – Aspirante
Responsável pelo planejamento da aquisição



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 29/01/2026 - 13:31hs.

Documento Nº: 10046951-1274 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10046951-1274>



CBMDIN202600267



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.901.000093.2025

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Compras

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DO CORPO
DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB E A
EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - CBMPB, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria_AtoGovernamental> de <DataPortaria_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 23.901.000093.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 057/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, COMPUTADORES DESKTOP E MONITORES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.



- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, nos casos em que couber;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do



contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia>, em valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor {Inicial_Total_Anuar} do contrato.
- 10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual>, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.



- 10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.
- 10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco} com correção monetária.
- 10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).



- 10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.16.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 10.16.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.16.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[(2) moratória de {MultaMinimaMoratoriaGarantia} % ({MultaMinimaMoratoriaGarantiaExtenso} por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de <MultaMaximaMoratoriaGarantia> % ({MultaMaximaMoratoriaGarantia}) por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMaximoDias> (<PrazoMaximoDiasExtenso>) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatóriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <Multa Maxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<Multa MaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMinimaExtenso>) a <MultaMaxima> % (<MultaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



- 12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 23.901;
- II. Fonte de Recursos: 759 - FUNESBOM;
- III. Programa de Trabalho: 5046 – Programa de Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado;
- IV. Elemento de Despesa: 449052
- V. Nota de Empenho:

- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO



16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>
{Orgao}

<NomeRepresentanteLegalEmpresa>
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 20 ____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 20____.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA
QUARTEL DO COMANDO GERAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) vem enfrentando crescente demanda por recursos tecnológicos que assegurem eficiência administrativa, padronização operacional e suporte adequado às atividades estratégicas. O parque de equipamentos atualmente em uso encontra-se parcialmente defasado, apresentando limitações de desempenho, incompatibilidade com softwares de engenharia, arquitetura, edição de vídeo e gestão administrativa, além de dificuldades de manutenção e elevado risco de descontinuidade de suporte.

Nesse cenário, mostra-se imprescindível a aquisição de **notebooks, computadores desktop e monitores**, de diferentes níveis de desempenho, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e seus Anexos I e II. A medida busca suprir lacunas identificadas nas unidades organizacionais, com destaque para o Núcleo de Tecnologia da Informação, a Diretoria de Atividades Técnicas, Centro de Arquitetura, Engenharia e Obras e demais setores demandantes, cujas rotinas dependem de soluções tecnológicas confiáveis para assegurar celeridade, precisão e segurança nas tomadas de decisão.

Do ponto de vista operacional, os **notebooks de alta performance** possibilitarão a mobilidade de equipes que necessitam atuar em ambientes externos, conciliando portabilidade com capacidade de processamento. Já os **desktops tipo II**, com elevado índice de benchmark, garantirão robustez e alto desempenho às estações fixas, essenciais para aplicações técnicas e multitarefas complexas. Os **monitores LED**, por sua vez, oferecem maior ergonomia, qualidade de imagem e adequação ao trabalho prolongado, contribuindo para a saúde ocupacional e a produtividade do efetivo.

Sob a ótica institucional, a contratação atende ao **Plano de Contratações Anual de 2024**, garantindo alinhamento ao planejamento estratégico do CBMPB e fortalecendo a



infraestrutura necessária para a modernização dos serviços. Trata-se de ação estruturante que promove:

- **padronização tecnológica**, evitando a fragmentação do parque computacional;
- **compatibilidade entre sistemas**, assegurando integração e interoperabilidade;
- **economicidade**, com ganho de escala e redução de custos de manutenção;
- **continuidade do serviço público**, ao prevenir falhas decorrentes da obsolescência dos equipamentos.

Dessa forma, a necessidade de contratação ora descrita está diretamente relacionada à missão institucional do CBMPB de atuar com eficiência e eficácia na proteção da vida e do patrimônio da população paraibana, mediante a disponibilização de ferramentas tecnológicas modernas e confiáveis ao seu efetivo.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objeto a aquisição de **notebooks, computadores desktop e monitores**, novos, de primeiro uso, em linha de produção atual do fabricante, com perfil corporativo, alta durabilidade e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

2.1 Requisitos Técnicos Essenciais

- **Notebooks (i5 13ª geração – uso administrativo):**
 - Processador Intel® Core™ i5 de 13ª geração (vPro®), arquitetura híbrida com núcleos de eficiência (E-cores) e performance (P-cores);
 - Memória RAM mínima de 16 GB DDR5, frequência 5200 MHz, expansível;
 - Armazenamento mínimo de 512 GB SSD M.2 PCIe Gen4 com criptografia Opal 2.0;
 - Tela LED de 14” Full HD+ (1920x1200), antirreflexo;
 - Webcam Full HD (1920x1080) com protetor de privacidade;
 - Teclado ABNT2 retroiluminado, resistente a respingos;
 - Conectividade Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth 5.0;
 - Interfaces mínimas: 2× USB 3.2, 1× USB-C (Power Delivery/DisplayPort), 1× HDMI, 1× combo áudio P2;
 - Autonomia mínima de bateria de 10 horas;



- Acessórios: mouse óptico USB (mínimo 1000 DPI), maleta impermeável, fonte bivolt;
 - Garantia: 60 meses onsite (exceto bateria – 36 meses).
- **Notebooks Avançados (i7 10ª geração ou AMD equivalente – uso técnico/profissional):**
 - Processador Intel Core i7 (mínimo 10ª geração) ou AMD equivalente, com no mínimo 8 núcleos, frequência base $\geq 2,70$ GHz e cache mínimo de 16 MB;
 - Memória RAM de 16 GB DDR4 (dual channel), expansível;
 - Armazenamento mínimo de 512 GB SSD NVMe (≥ 2500 MB/s leitura; ≥ 1500 MB/s escrita);
 - Placa de vídeo dedicada de, no mínimo, 4 GB GDDR5;
 - Tela LED de 15” Full HD, antirreflexo, brilho mínimo 250 nits;
 - Webcam HD (1280x720) integrada com microfone;
 - Teclado ABNT2 retroiluminado com teclado numérico;
 - Conectividade: Wi-Fi 802.11ac ou superior, Bluetooth 5.0;
 - Interfaces mínimas: 1× USB 3.1, 1× USB 2.0, 1× USB-C, 1× HDMI, 1× combo áudio P2;
 - Acessórios: mouse wireless ergonômico (≥ 10.000 DPI, 5 botões), maleta impermeável, adaptador HDMI-VGA, cabo de segurança em aço;
 - Software incluso: Windows 10 Professional ou superior, Microsoft Office Professional 2019 ou superior, devidamente licenciados;
 - Garantia mínima: 12 meses;
 - Prazo de entrega: 30 dias.
- **Computadores Desktop (Tipo II – alto desempenho):**
 - Processador x86 de 64 bits, com índice mínimo de 13.000 pontos no CPU Mark e 2.600 pontos em Single Thread Rating;
 - Memória RAM mínima de 32 GB DDR4, dual channel, expansível;
 - Placa de vídeo dedicada (off-board), PCIe x16 v3.0 ou superior, mínimo 2 GB GDDR5, compatível com DirectX 12 e OpenGL 4.5;
 - Armazenamento mínimo: SSD 256 GB (SATA III ou NVMe, ≥ 500 MB/s leitura e escrita);
 - Monitor LED $\geq 23,5$ ”, resolução Full HD, antirreflexo, brilho ≥ 250 nits, duas entradas de vídeo (HDMI/DisplayPort/VGA/DVI);



- Teclado ABNT2 e mouse óptico (≥ 1000 DPI), ambos USB;
- Sistema operacional: Windows 11 Professional 64 bits, licenciado e ativado;
- Gabinete robusto, fonte bivolt automática com certificação mínima 80 Plus White;
- Garantia mínima: 36 meses.
- **Monitores LED (mínimo 22"):**
 - Resolução mínima: Full HD (1920x1080), painel TN ou IPS antirreflexo;
 - Tempo de resposta máximo: 5 ms;
 - Taxa de atualização mínima: 60 Hz;
 - Brilho típico ≥ 250 cd/m², contraste estático $\geq 1000:1$;
 - Ângulos de visão $\geq 160^\circ$;
 - Interfaces obrigatórias: 1x HDMI (1.4 ou superior) e 1x DisplayPort (1.2 ou superior) ou VGA;
 - Base com regulação de altura (≥ 100 mm), inclinação entre -5° e $+20^\circ$, compatível com padrão VESA 100x100;
 - Acessórios: cabos de energia e vídeo compatíveis, manual em português;
 - Garantia mínima: 36 meses.

2.2 Exigências Complementares

- Todos os equipamentos devem ser **novos, sem uso anterior e em linha de produção atual**.
- Devem possuir, quando aplicável:
 - **Certificado de Homologação ANATEL** (Wi-Fi, Bluetooth);
 - **Certificação INMETRO** (segurança elétrica e desempenho).
- O fornecedor deve comprovar aptidão para fornecimento por meio de atestados de capacidade técnica, equivalentes a **50% dos quantitativos licitados** para itens com valor significativo ($\geq 4\%$ do valor total).
- Exigência de **garantia contratual mínima de 36 meses** para desktops e monitores e de **60 meses** para notebooks administrativos, assegurando suporte técnico, substituição de peças e assistência onsite.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO



Com o objetivo de verificar a viabilidade técnica e econômica da contratação de notebooks, desktops e monitores, foi realizado levantamento de mercado por meio de diferentes fontes, incluindo:

- **Plataforma Paineira de Preços do Governo Federal:** Para o item Notebooks (código 128051) foi aplicado os seguintes filtros: Ano de compra: 2025; Nome do material: Notebook; Unidade de fornecimento: Unidade; Modalidade de Compra: Pregão; Período de compra: 180 dias; Esfera: Estadual; Tendo finalizado assim com uma média e mediana de R\$ 5.258,97 e R\$ 4.700,00 respectivamente, em um espaço amostral de 184,9 mil itens.

Para o item Monitor (Código 133418) foram aplicados os seguintes filtros: Ano de compra 2025; Nome do material: Monitor Computador; Unidade de fornecimento: unidade; Modalidade de Compra: Pregão; Período de compra; 180 dias; Esfera: Estadual; Tendo sido removido um único outlier, de preço irrealmente superior, resultando em uma média e mediana de R\$ 667,03 e R\$ 613,00 respectivamente, em um espaço amostral de 438 itens.

- **Ata de Registro de Preços vigente** de órgão congênere, que contempla equipamentos com especificações similares, a exemplo da **Ata de Registro de Preços nº 209/2025 – I**, relativo a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO de Minas Gerais. Item 01 (COMPUTADOR - MODELO:Tipo I – Padrão, de valor R\$ 3.743,74) e Item 04 (NOTEBOOK, NETBOOK E/OU ULTRAFINO, de valor R\$ 3.578,00), equivalentes respectivamente aos itens do processo vigente: Computador Desktop (código 131525) e Notebook (código 133166)

A análise considerou não apenas os valores médios praticados, mas também a disponibilidade de modelos compatíveis com os requisitos técnicos detalhados no TR e seus anexos.

3.1 Alternativas de mercado identificadas

a) Aquisição por Pregão Eletrônico próprio (CBMPB):

- Permite ampla competitividade e maior transparência;
- Possibilita especificação detalhada no edital, assegurando aderência ao TR e supre exatamente as necessidades da corporação ;
- Demanda maior tempo de tramitação processual, mas garante maior controle técnico e jurídico da aquisição.

b) Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos:



- Pode gerar ganho de celeridade e menor esforço administrativo, contudo não foi localizada ARP vigente com as especificações compatíveis;

c) Contratações isoladas (fragmentadas) por item ou unidade:

- Embora juridicamente possível, gera perda de escala e aumento do custo unitário;
- Prejudica a padronização tecnológica e aumenta a complexidade logística de suporte e manutenção.
- Alternativa considerada menos vantajosa.

d) Locação de equipamentos eletrônicos

- A locação de notebooks, desktops e monitores surge como uma alternativa disponível no mercado de tecnologia da informação, utilizada por alguns órgãos públicos e empresas privadas para terceirização da infraestrutura de TI. Essa modalidade apresenta vantagens operacionais, como a atualização constante do parque tecnológico, a manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada, e a redução da necessidade de gestão direta de inventário pela Administração.
- Do ponto de vista econômico-financeiro, entretanto, a locação mostra-se menos vantajosa para o CBMPB. Pesquisas de mercado realizadas em fontes públicas e privadas indicam que **o custo mensal de locação de um equipamento equivalente, quando projetado para o período de garantia dos equipamentos (36 e 60 meses), tende a superar de forma significativa o valor de aquisição direta do mesmo equipamento**. Em termos proporcionais, observa-se que, em contratos de médio prazo, o custo total da locação pode alcançar múltiplos do investimento necessário para a compra do bem.
- Além disso, a locação implica em **despesas recorrentes e permanentes**, vinculadas ao contrato, que oneram o orçamento de forma contínua e reduzem a autonomia patrimonial da Administração. Em contrapartida, a aquisição direta permite a incorporação dos bens ao patrimônio público, viabilizando a utilização plena ao longo de sua vida útil, com possibilidade de redistribuição entre unidades e prolongamento de uso após o período de garantia.
- Por fim, deve-se considerar o **risco de descontinuidade operacional**: eventual inadimplemento, atraso na reposição de equipamentos ou término abrupto do contrato de locação comprometeriam diretamente a continuidade do serviço público, em especial nas atividades críticas desempenhadas pelo CBMPB.
- Dessa forma, sob os aspectos técnico, econômico e estratégico, a locação de equipamentos eletrônicos não se apresenta como solução adequada para atender às necessidades da corporação, sendo mais vantajosa a aquisição direta dos bens, conforme delineado no TR.

3.2 Conclusão do Levantamento

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que o mercado dispõe de ampla oferta de notebooks, desktops e monitores com as especificações exigidas no TR e seus anexos. As opções de contratação avaliadas foram: aquisição por pregão eletrônico próprio, adesão a atas de registro de preços, contratações isoladas e locação de equipamentos eletrônicos.

A **locação**, embora apresente vantagens de manutenção e atualização tecnológica, mostrou-se economicamente desvantajosa, pois o custo total projetado para 36 a 60 meses



supera de forma significativa o valor de aquisição direta, além de não garantir padronização técnica e implicar riscos de descontinuidade contratual.

A **adesão a ARPs** pode trazer celeridade, mas depende da existência de atas compatíveis em especificações e quantitativos, que não é o caso.

As **contratações isoladas**, por sua vez, resultariam em perda de escala, fragmentação tecnológica e aumento de custos operacionais.

Diante do exposto, a alternativa mais vantajosa para o CBMPB é a **realização de pregão eletrônico próprio**, consolidando todos os itens em um único certame, pois assegura:

- padronização do parque tecnológico;
- maior controle técnico e jurídico sobre as especificações;
- vantajosidade econômica pelo ganho de escala;
- mitigação de riscos de inexecução e de descontinuidade operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida para atender à demanda do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba consiste na aquisição direta, por meio de pregão eletrônico, de notebooks, desktops e monitores, em configurações distintas, mas padronizadas, de modo a garantir que cada unidade da corporação disponha de equipamentos tecnológicos adequados às suas necessidades operacionais e administrativas. A escolha por esse modelo de contratação mostrou-se a mais vantajosa após análise de mercado, uma vez que a alternativa da locação, apesar de oferecer manutenção contínua e atualização periódica, revela-se financeiramente mais onerosa em médio prazo e não assegura a padronização exigida, enquanto as contratações isoladas e a adesão a atas de outros órgãos não atendem plenamente às especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência e implicam riscos de fragmentação ou incompatibilidade de sistemas.

A aquisição de notebooks de uso administrativo, com alto nível de mobilidade e desempenho, permitirá maior eficiência no desenvolvimento de atividades de gestão e apoio, ao passo que os notebooks avançados, equipados com processadores de maior capacidade e placas de vídeo dedicadas, garantirão suporte adequado para setores técnicos que utilizam softwares de engenharia, arquitetura, edição de imagens e modelagem tridimensional. Os computadores desktop de alto desempenho, por sua vez, atenderão às demandas de processamento intensivo em estações fixas, oferecendo robustez, confiabilidade e maior vida útil, enquanto os monitores LED, com resolução Full HD e recursos ergonômicos, assegurarão qualidade visual, conforto e adequação ao trabalho prolongado do efetivo.



A solução proposta contribui ainda para a padronização tecnológica em toda a instituição, favorecendo a integração de sistemas, a interoperabilidade entre diferentes setores e a redução de custos com manutenção, treinamento e suporte. A adoção de equipamentos novos, em linha de produção atual e certificados por órgãos oficiais como ANATEL e INMETRO, assegura conformidade técnica, durabilidade e proteção ao usuário, além de reforçar o compromisso do CBMPB com a legalidade, a eficiência e a economicidade na gestão de recursos públicos.

Dessa forma, a solução concebida não se limita à simples aquisição de bens, mas representa uma ação estruturante que fortalece a capacidade institucional da corporação, garante a continuidade e a modernização dos serviços prestados à sociedade paraibana e proporciona maior segurança operacional e administrativa ao efetivo.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O quantitativo de equipamentos foi definido a partir de levantamento técnico realizado pelas unidades demandantes e consolidação no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024, levando em consideração as demandas administrativas e operacionais do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Foram avaliados os seguintes parâmetros: número de usuários por setor, substituição de equipamentos obsoletos, ampliação da infraestrutura tecnológica e necessidade de padronização entre as unidades.

Conforme registrado no Termo de Referência e em seus anexos, as estimativas de quantidades a serem contratadas são as seguintes:

- **Notebooks (Intel Core i5 – administrativos):** 64 unidades, destinados a órgãos como 2º CRBM, 4º CRBM, Gabinete Médico, Ajudância, Diretoria de Ensino e Núcleo Estratégico, entre outros setores.
- **Notebooks avançados (Intel Core i7 ou AMD equivalente – uso técnico):** 5 unidades, alocados principalmente no DEFID e em setores que demandam maior capacidade de processamento.
- **Computadores Desktop Tipo II:** 23 unidades, voltados ao Núcleo Estratégico e demais setores que necessitam de estações fixas de alto desempenho.
- **Monitores LED (mínimo 22”):** 17 unidades, a serem distribuídos entre CRBMs, Ajudância, DAT e Núcleo Estratégico.



O dimensionamento desses quantitativos atende ao critério de suficiência mínima para suportar as rotinas administrativas e técnicas, assegurando maior eficiência no uso dos recursos orçamentários. Além de suprir demandas atuais, o planejamento contempla a formação de reserva técnica restrita para absorver eventuais ampliações de equipes ou substituições emergenciais de equipamentos.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa foi feita com base nos valores previstos no Plano de Contratação Anual PCA 2024 do CBMPB, entendido como razoáveis mediante pesquisa de mercado.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1185	133166	Notebook	unidade	64	R\$ 3.578,00	R\$ 228.992,00
1187	128051	Notebook Avançado	unidade	5	R\$ 5.258,97	R\$ 26.294,85
1165	131525	Computador Desktop	unidade	23	R\$ 3.743,74	R\$ 86.106,02
1183	133418	Monitor LED	unidade	17	R\$ 667,03	R\$ 11.339,51

VALOR TOTAL: R\$ 352.732,38

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Optou-se pelo parcelamento do objeto, estruturado por itens distintos (notebooks, desktops e monitores), conforme o Anexo I e o critério de julgamento “menor preço por item”.

A medida observa os artigos da Lei nº 14.133/2021, que recomendam a divisão do objeto sempre que possível, visando ampliar a competitividade, favorecer a participação de fornecedores especializados e assegurar a proposta mais vantajosa.

O parcelamento permite melhores condições de preço e qualidade, sem comprometer a padronização técnica e a compatibilidade entre os equipamentos, garantindo eficiência e economicidade à contratação.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há previsão de contratações correlatas ou interdependentes associadas ao presente processo. A aquisição de notebooks, desktops e monitores constitui medida autônoma e



suficiente para atender às demandas de modernização tecnológica do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, não dependendo de outras aquisições simultâneas para garantir sua efetividade.

O fornecimento dos equipamentos será realizado de forma integral e independente, com entrega única, conforme previsto no Termo de Referência e em seus anexos. Eventuais serviços complementares, como instalação de softwares institucionais, configuração de rede e adequação do ambiente de trabalho, serão executados com recursos já disponíveis na estrutura do CBMPB, não havendo necessidade de contratação adicional específica para a plena utilização dos bens.

Assim, a presente contratação deve ser compreendida como ação isolada de fortalecimento da infraestrutura tecnológica da corporação, sem vínculo direto com processos paralelos ou interdependentes.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação em pauta encontra-se plenamente alinhada aos instrumentos formais de planejamento do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Conforme registrado no Termo de Referência, a aquisição de notebooks, desktops e monitores está prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024**, instrumento que consolida as demandas estratégicas e operacionais da corporação e assegura a devida previsão orçamentária para o exercício.

Além do alinhamento ao PCA, a medida está integrada ao **Planejamento Estratégico 2024–2027 do CBMPB**, especialmente na perspectiva da eficiência administrativa e do aprimoramento dos serviços prestados à sociedade. A modernização do parque tecnológico por meio da aquisição de equipamentos atualizados e padronizados fortalece a capacidade de gestão, potencializa o uso de softwares corporativos e de engenharia, amplia a agilidade na tomada de decisões e assegura maior confiabilidade nos processos administrativos e operacionais.

Do ponto de vista orçamentário, a contratação será custeada com recursos do **Fundo de Segurança dos Bombeiros (FUNESBOM)**, conforme dotação consignada no Orçamento Geral do Estado, em estrita consonância com o Programa **Paraíba Mais Segura**, ação governamental estruturante que busca elevar a eficiência e a modernização das forças de segurança.

Dessa forma, a contratação não apenas atende a uma necessidade imediata de reposição e ampliação de equipamentos, mas também se conecta de maneira estratégica aos objetivos



institucionais do CBMPB, reforçando o compromisso da corporação com a legalidade, a eficiência, a economicidade e o interesse público.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de notebooks, desktops e monitores visa alcançar resultados que impactam diretamente a eficiência administrativa, a capacidade operacional e a modernização tecnológica do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. Ao disponibilizar equipamentos padronizados, de alto desempenho e em linha com as demandas atuais, a instituição garantirá melhores condições de trabalho ao seu efetivo e ampliará a confiabilidade das atividades desempenhadas.

No âmbito administrativo, espera-se maior celeridade nos processos internos, redução de falhas decorrentes de equipamentos obsoletos e incremento da produtividade das equipes. Do ponto de vista operacional, os notebooks avançados e os desktops de alto desempenho possibilitarão a execução eficiente de softwares técnicos, como os utilizados em engenharia, arquitetura, planejamento e simulação, fortalecendo a capacidade de análise e decisão da corporação.

Adicionalmente, a padronização tecnológica proporcionará ganhos de escala na manutenção, redução de custos de suporte, interoperabilidade entre setores e maior facilidade na reposição de peças e acessórios. A aquisição de monitores com recursos ergonômicos e qualidade de imagem aprimorada contribuirá ainda para a saúde ocupacional do efetivo, reduzindo fadiga visual e aumentando a qualidade do trabalho em jornadas prolongadas.

Sob a ótica institucional, a contratação reforça o compromisso do CBMPB com a modernização da infraestrutura tecnológica, assegura continuidade dos serviços essenciais à sociedade paraibana e consolida o alinhamento com o Planejamento Estratégico 2024–2027, na perspectiva da eficiência administrativa e da excelência no atendimento ao público.

Em síntese, os resultados pretendidos traduzem-se em maior eficiência, segurança, padronização e economicidade, promovendo um ambiente de trabalho mais moderno e estruturado e fortalecendo a capacidade da corporação em cumprir sua missão constitucional de proteção à vida e ao patrimônio.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 09/11/2025 - 16:13hs.
Documento Nº: 9355599-6089 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9355599-6089>



CBMDIN202502744

Para garantir a plena efetividade da presente contratação, a Administração deverá adotar medidas preparatórias que assegurem a adequada recepção, distribuição e utilização dos equipamentos a serem adquiridos. Inicialmente, será necessária a **instituição de comissão técnica de recebimento**, composta por militares e servidores com conhecimento em tecnologia da informação, responsável por verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e em seus anexos. Essa comissão deverá conferir aspectos como desempenho, integridade física, certificações obrigatórias (ANATEL e INMETRO) e compatibilidade dos softwares instalados.

Adicionalmente, deverão ser estabelecidos **procedimentos internos de registro patrimonial e alocação dos equipamentos** nas respectivas unidades demandantes, assegurando a rastreabilidade e a responsabilização formal pelo uso dos bens. Esse processo deverá ser acompanhado pela Diretoria de Apoio Logístico (DAL), em articulação com o Núcleo de Tecnologia da Informação, a fim de garantir a correta instalação, configuração inicial e integração dos equipamentos à rede corporativa.

A Administração também deverá elaborar e difundir **diretrizes de uso e conservação** dos equipamentos, incluindo orientações sobre atualização de softwares, cuidados básicos de manutenção preventiva e procedimentos para acionamento de garantia, de modo a prolongar a vida útil dos bens e evitar falhas decorrentes de mau uso.

Por fim, será fundamental capacitar os responsáveis pela fiscalização contratual quanto aos critérios técnicos e administrativos exigidos, incluindo o uso de checklists de conferência, análise documental de certificados e controle das garantias contratuais. Essas providências garantirão maior segurança jurídica e eficiência administrativa, assegurando que os equipamentos entregues atendam plenamente ao interesse público e às necessidades operacionais do CBMPB.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aquisição e utilização de notebooks, desktops e monitores, embora essencial para a modernização da infraestrutura tecnológica do CBMPB, podem gerar impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos. Entre os principais riscos identificados, destacam-se: a geração de resíduos eletrônicos (componentes de difícil degradação), o consumo de energia elétrica em larga escala e a utilização de embalagens descartáveis durante o fornecimento.



Para mitigar tais impactos, a Administração deverá adotar um conjunto de medidas alinhadas aos princípios da responsabilidade socioambiental. Em primeiro lugar, recomenda-se a implementação de **programa de logística reversa para descarte adequado dos equipamentos inservíveis**, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as normas ambientais vigentes. Os materiais substituídos deverão ser encaminhados a empresas licenciadas, especializadas em reciclagem e reaproveitamento de componentes eletrônicos, evitando a disposição inadequada em aterros sanitários.

Além disso, é necessário estabelecer diretrizes para o **uso racional de energia elétrica**, orientando os usuários quanto ao aproveitamento de recursos de eficiência energética incorporados nos equipamentos, como modos de economia de energia e desligamento automático em períodos de inatividade.

No que se refere às embalagens utilizadas no fornecimento, recomenda-se que sejam **recicláveis ou reutilizáveis**, minimizando o impacto ambiental direto. A Administração poderá adotar práticas de segregação seletiva desses materiais, destinando-os a cooperativas ou empresas especializadas em reciclagem.

Por fim, destaca-se a importância de elaborar orientações internas sobre **uso, manutenção e prolongamento da vida útil dos equipamentos**, reduzindo a necessidade de substituições prematuras e, consequentemente, a geração de resíduos.

Com essas medidas, será possível alinhar a contratação às diretrizes de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, reduzindo impactos ambientais negativos e promovendo o uso responsável dos recursos públicos.

13. POSICIONAMENTO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a aquisição de notebooks, desktops e monitores é **tecnicamente viável, juridicamente adequada e estrategicamente necessária** ao Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, encontra respaldo no Termo de Referência nº 93/2025 e foi fundamentada em justificativas técnicas e operacionais que apontam para a necessidade de modernização do parque computacional da corporação.

A análise de mercado demonstrou que existem alternativas diversas para suprir a demanda, como locação de equipamentos ou adesão a atas de outros órgãos. Entretanto, concluiu-se que a **realização de pregão eletrônico próprio** é a solução mais vantajosa, pois



assegura padronização tecnológica, ganho de escala, economicidade e maior controle jurídico e técnico sobre a execução contratual.

O fornecimento integral, sem parcelamento, garante uniformidade e simplificação administrativa, além de reduzir riscos de fragmentação de modelos e dificuldades de manutenção. A adoção de critérios técnicos rigorosos, como exigência de certificações da ANATEL e do INMETRO, assegura conformidade legal, segurança do usuário e durabilidade dos equipamentos, reforçando o compromisso institucional com a eficiência e a qualidade.

Sob a ótica estratégica, a contratação fortalece a capacidade de resposta administrativa e técnica do CBMPB, promove a continuidade dos serviços prestados à população e está alinhada às diretrizes do Planejamento Estratégico 2024–2027, contribuindo para a modernização da infraestrutura tecnológica e para o cumprimento da missão institucional da corporação.

Assim, conclui-se pela **plena adequação da contratação proposta**, por atender de forma transparente, eficiente e sustentável às necessidades da Administração, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público que regem as contratações públicas.

João Pessoa-PB, *datado via PBdoc*.

1. Elaborado por:

MATHEUS BOTURA COSTA– ASP QOEM
Auxiliar Administrativo do CBMPB
MAT. 523.651-6
Assinado e datado via PBDoc

3. Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

MARCELO AUGUSTO DE **ARAÚJO** BEZERRA – CEL QOEM
Comandante Geral do CBMPB
MAT. 516.508-3
Assinado e datado via PBDoc



Assinado com senha por [CBM121152] [SENHA] MATHEUS BOTURA COSTA e [CBM38387] [SENHA] MARCELO AUGUSTO DE ARAÚJO BEZERRA em 09/11/2025 - 16:13hs.
Documento Nº: 9355599-6089 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9355599-6089>



CBMDIN202502744